

## O MODELO DE DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO: LIMITES E PERSPECTIVAS<sup>1</sup>

Carlos Walter Porto Gonçalves<sup>2</sup>

Bom dia a todos. É uma enorme alegria voltar a esta cidade. Estive aqui há três meses na oportunidade dialogando com o trabalho do Mieceslau Kudlavicz, na primeira defesa de uma dissertação no programa de pós graduação em Geografia da UFMS. Não podemos esquecer que essa foi a primeira defesa do programa de pós e se refere a produção do conhecimento crítico sobre a monocultura de árvores.

Sinto-me orgulhoso, principalmente se pensarmos na importância de organizar um evento desta natureza em função de buscar estabelecer um diálogo com as experiências já existentes de produção de conhecimento, sobretudo, conhecimento crítico em relação a estas monoculturas e, particularmente, da monocultura de árvores. Ontem, pude assistir a experiência dos estados do Espírito Santo, da Bahia, enfim, de outros lugares do Brasil como Rio Grande do Sul.

Queria agradecer imensamente esta oportunidade de poder dar continuidade a essa conversa e com a honra de ser o momento - não diria de encerramento -, mas, talvez, de reunir questões, reflexões, que possam apurar a voz para cantar mais forte. Situação necessária porque, neste momento, a melhor imagem do mundo em que estamos é o reconhecimento que a própria universidade deve ter do seu silêncio, sobretudo, no campo das ciências sociais – mas, que é mais amplo do ponto de vista do conhecimento. Lembro sempre do trabalho do professor Immanuel Wallerstein, traduzido para o português com o título de “*Impensar as ciências sociais*”, uma delícia de título a nos dizer dos fenômenos de grande magnitude, de grande envergadura do mundo contemporâneo, e do absoluto silêncio das ciências sociais sobre qualquer um deles.

---

<sup>1</sup> Transcrição da Conferência de encerramento, intitulada “**O modelo de desenvolvimento do agronegócio: limites e perspectivas**”, correspondente ao “I Simpósio sobre a formação do complexo celulose-papel em Mato Grosso do Sul: limites e perspectivas”, realizado na UFMS – Campus de Três Lagoas, no período de 30 de Junho a 02 de Julho de 2011. Transcrito por Danilo Souza Melo e editado por Rosemeire A de Almeida. Posteriormente, após conferência, autorizado pelo autor para publicação.

<sup>2</sup> Prof. Dr<sup>o</sup>. do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

A queda do mundo de Berlim, por exemplo, qual foi o aporte teórico das ciências sociais sobre um fenômeno dessa magnitude? Se quisermos pegar um pouco mais recente, vejamos essas manifestações todas no mundo árabe e, agora, com extensões no mediterrâneo da Europa. E, ao mesmo tempo, um silêncio enorme na capacidade de interpretação e leitura dessas experiências. É como se o nosso legado de pensamento sobre a própria sociedade pudesse ser resumido na frase que o mundo está pedindo: “*Ou decifra-me ou te devoro*”. E parece ser exatamente essa a melhor imagem que se possa ter do momento em que estamos vivendo. Na verdade, para aqueles que pensaram que tinham todas as respostas, o problema é que mudaram todas as perguntas. Quando você pensa que tem as repostas, as perguntas são outras, o que significa dizer que o momento é extremamente importante para a ousadia intelectual.

E para reinventar essa ousadia intelectual é necessário saber a tradição. Exige que sejamos capazes de ler criticamente as experiências anteriores para não pensarmos que estamos inventando a roda. Ela já foi inventada. Para dar um exemplo, tomemos uma tradição que nos é muito cara, a tradição marxista: quem iria imaginar que pudesse haver uma Internacional Campesina? Olhem os textos de Marx e vejamos o que em geral ele escreve sobre o campesinato.

Pois bem, temos uma internacional camponesa que é a Via Campesina, então aquele campesinato que teria um pensamento tosco, localizado, está organizado numa internacional. E com muito mais força política que uma internacional do proletariado, por exemplo - aquela que iria transformar o mundo. Não é isso? Hoje, temos um exemplo fantástico de adesão ao mundo do capital que é o Brasil por meio de um presidente da república proletário. Isso nos faz lembrar que: “*o desenvolvimento do capitalismo é também o desenvolvimento da ideologia capitalista na sociedade*”. Antonio Gramsci teve a ousadia de dizer que a revolução russa, por exemplo, foi uma revolução contra O Capital (o Livro).

São esses fragmentos que deveríamos ser capazes de recuperar para poder dar conta da complexidade do mundo que estamos vivendo. Eu diria que, se é válido a leitura com os pressupostos do materialismo histórico, - e estou falando de uma coisa que a mim é cara, eu venho desta matriz -, ao mesmo tempo, também

sabemos, que o conhecimento é uma matéria historicamente produzida. Então devíamos ser capazes de aplicar isso ao próprio marxismo e ao materialismo histórico.

Conheço gente que continua vivendo de citação e esquece que os textos citados são datados. Aplicamos a leitura materialista histórica, menos ao materialismo histórico. É como se não houvesse mudança depois de 100 anos desta leitura fantástica - muitas das quais ainda absolutamente pertinentes. Costumo provocar meus alunos na universidade, leiam o primeiro capítulo de “O Capital” e, depois, façam um trabalho de campo num *shopping* e verão “o fetichismo da mercadoria”. O primeiro capítulo de O Capital analisa a mercadoria como fetiche. É um texto antropológico refinadíssimo e Karl Marx que viveu entre 1818 e 1883 nunca viu um shopping. O que mostra a qualidade desse tipo de análise.

Agora, ao mesmo tempo, não se pode ficar vivendo esse legado e se esquecer que, dialeticamente, depois de tanta crítica ao capitalismo, feito a partir desta matriz, o capitalismo também já se apropriou dessa crítica para respondê-la. Então, dialeticamente, ele não pode estar dizendo a mesma coisa, é isso que Anthony Giddens chama de reflexibilidade, é quando as próprias idéias dos homens já se encarnaram no mundo e elas retroagem sobre os homens reflexivamente, dialeticamente.

Esse é o alerta que eu faço ao núcleo duro do Simpósio, ou seja, para aqueles que estavam aqui às 7h30 da manhã deste sábado. É um papo particularmente para o núcleo duro porque temos capacidade de leitura crítica - vou demonstrar parte dela aqui hoje e vimos esses dias a qualidade da análise crítica que temos sobre o modelo – mas, sabemos, que não basta boas análises para que o mundo se transforme. Dei um curso de Metodologia de um semestre, como as onze Teses sobre Feuerbach. Cada semana era uma das teses para analisarmos, e tinha uma tese que dizia “os filósofos se encarregaram de interpretar o mundo”, e Marx completa: “cabe transformá-lo”. Hoje, isso talvez sirva para o próprio marxismo. Os marxistas se encarregaram de interpretar o mundo cabe transformá-lo. É como se tivéssemos uma capacidade teórica de análise crítica fantástica e, ao mesmo tempo, não conseguimos tornar essa qualidade em força social transformadora. Há

uma dissociação entre a capacidade crítica que temos e a capacidade histórica de força produtiva de história enquanto movimento vivo. O que dá uma enorme angústia em cada um de nós por termos esse patrimônio crítico e não termos a força real de transformação que este mundo está pedindo. Ficam, então, estas advertências iniciais e o convite para que a gente nelas se debruce.

Ontem, o Paulo Scarim foi muito feliz quando explicou os conceitos que desenvolveu, pois se viu obrigado a se pautar numa reflexão mais refinada, em que os conceitos tiveram que ser debatidos a partir das próprias lutas sociais. Eu elegi como tema de pesquisa “Geografia e Conflitos Sociais”, e afirmo, cada vez com maior convicção, que o lugar da luta social é um lugar privilegiado do ponto de vista epistêmico. Por que eu digo isso? Foi uma metáfora que eu tomei emprestado de um verso de Caetano Veloso que diz: “*Como os Olhinhos de um bandido*”. O bandido está sempre com olho muito aceso, está muito ligado porque ele sabe que está infringindo a ordem. Então anda ligado para todas as possibilidades que o opressor tem de apanhá-lo, tem que estar muito atento para todos os olhares da repressão que vem sobre ele. Portanto, esse olhar tem que ser um olhar epistemicamente vivo, tem que estar muito ligado. Aliás, é uma expressão muito usada pelos *rappers*: “*tá ligado?*”. “*Tu tá ligado?*”.

Tem que estar ligado. Ou seja, quem entra na luta contra a opressão tem que estar ligado; ligado significa estar atento para captar a dinâmica da opressão, a dinâmica do sofrimento e tentar compreender isso. É uma necessidade de quem se coloca a partir da perspectiva dos grupos subalternizados, mas isso não significa atingir a objetividade. Hoje em dia a condição para chegar próximo da objetividade é não ser neutro porque se você se coloca na perspectiva dos grupos subalternos tem que estar necessariamente atento para captar o máximo das condições de opressão, se colocar nessa perspectiva é ficar mais próximo da objetividade. Não quer dizer que você alcance a objetividade, mas você pode estar mais perto dela. Afinal, do ponto de vista dos segmentos dominantes, obviamente para eles não interessa falar de opressão e exploração, aliás, isso nem sequer são conceitos para eles, que consideram como ideologias.

Para entender isso recomendo um livro sobre a sociologia da exploração dos anos 70 (o título é "*Sociología de la explotación*") de Pablo Gonzalez Casanova que é um dos grandes pensadores da América Latina, ex reitor da maior universidade da América Latina, a Universidade Nacional Autônoma do México/UNAM. Ele escreve para mostrar a cientificidade do conceito da exploração que estava já naquela época sendo colocado como se fosse uma ideologia, como se exploração não existisse, não fosse um conceito científico, inclusive podendo até ser mensurado estatisticamente. Embora, cada vez mais se procure omitir as informações matemáticas, estatísticas, sobre a exploração, isso não quer dizer que ela não seja possível de mensuração.

Ficam essas recomendações, e recomendar, particularmente, essa figura do Pablo Gonzáles Casanova, que é um pensador vivo - hoje com quase 90 anos e quando você conversa com ele acaba ouvindo falar dos próximos livros que está preparando com uma jovialidade contagiante. E chamo a atenção que ele consegue ser amigo de Fidel Castro e amigo do subcomandante Marcos que é uma coisa interessante porque são figuras politicamente tão distintas.

De Pablo Gonzáles Casanova eu tive a honra de contribuir com a tradução para o português do seu livro "*As Novas Ciências e Humanidades: da Academia à Política*" que tomo a liberdade de recomendar. Nele Pablo Casanova faz um *recorrido* - como se fala em espanhol - às grandes descobertas científicas do século 20: teoria da complexidade; teoria do caos; teoria dos fractais; teoria geral dos sistemas. Mostra de onde surgiram essas teorias e como elas se desenvolveram, e quais são as contribuições para o conhecimento científico contemporâneo. E põem isso para dialogar com o marxismo porque diz que essas teorias por mais aporte que tragam não pensaram questões tão fundamentais, como a questão da opressão, da exploração. Porém, lembra que é preciso também incorporar essas teorias para pensar a exploração, a dominação e a opressão contemporânea.

Neste livro ele fala da dialética da complexidade, do capitalismo complexo, isso porque é um sujeito muito vivo e engajado com as lutas, então são advertências. O livro foi publicado em português pela editora BOITEMPO.

Chamar a atenção sobre autores como ele talvez nos ajude a começar a palmilhar esse caminho até porque essas teorias viraram modismo (teoria geral dos sistemas; teoria dos fractais; teoria do caos, teoria da complexidade), está todo mundo repetindo. E Pablo Casanova, quando era reitor da Universidade Nacional Autônoma do México, coordenou seminários interdisciplinares com físicos, químicos, biólogos, sociólogos, antropólogos, historiadores. Seminários que duraram vários anos, onde se produziu uma reflexão extremamente completa, ou pelo menos o mais completo possível para o ser humano, fruto de uma equipe qualificada buscando compreender o estado da arte do debate científico contemporâneo. Ele traduziu isso num livro próprio onde coloca todas essas reflexões para dialogar com o marxismo e vê que o marxismo é fundamental para se pensar o mundo contemporâneo. Mas um marxismo que precisa dialogar com essas teorias.

Eu trouxe algumas epígrafes para minha palestra propriamente dita. Afinal, até agora foram só advertências preliminares. Imagina o que vos espera - que seja o motorista quem bata o martelo para o encerramento porque é ele quem tem que me levar para o aeroporto.

Vejamos a primeira epígrafe: É de Friedrich Engels.

“A supressão da oposição cidade e campo não é só possível, mas formou-se uma necessidade direta da própria produção indústria, como se tornou igualmente uma necessidade da produção agrícola e, ainda por cima, da higiene pública. Só com a fusão da cidade com o campo é que se pode eliminar a intoxicação atual do ar, da água e do solo: só ela pode levar as massas que hoje definham nas cidades ao ponto em que seu estrume sirva para produzir plantas em vez de produzir doenças” (Friedrich Engels 1878, em *Anti-During*)

Dentro dessa oposição campo e cidade faço homenagem ao Winnie e ao Scarim, e também ao secretário de meio ambiente - que estava ontem presente no Simpósio preocupado com isso. Resolvi recorrer a esta citação e acho que ela completa um pouco a conversa de vocês ontem.

Veja bem, o debate era posto em 1878 e mostra a qualidade da leitura de Engels. Se isso que Friedrich Engels viu que já era possível naquela época, imagina atualmente com as tecnologias disponíveis? Como disse o Scarim: “quero morar no campo, mas ter internet”. O Ailton Krenak lá no Espírito Santo, formado em filosofia,

mas índio Krenak, resolveu voltar para recompor seu povo que já estava reduzido praticamente a 30, 40 pessoas. Eles começaram a desenvolver uma estratégia política de fazer filho, e hoje estão com quase 400 pessoas e a tribo está forte. E o Krenak diz claramente a importância que é para a luta indígena a internet. Isso é uma apropriação absolutamente fantástica do que está em curso.

A segunda epígrafe que trago é uma frase de Moby Dick que é um personagem do Melville. Diz assim: *“Todos os meus meios são racionais, só meu objetivo é louco”* (Moby Dick – Melville). Exemplo? Câmara de gás para matar judeu pelo nazismo. Eram elaboradas racionalmente para economizar energia ao máximo buscando o máximo de eficácia para matar mais gente com menor custo. Era tudo racional, só o objetivo era louco. Eu digo a mesma coisa para a sociedade contemporânea, tudo é racional, só que o objetivo é ganhar dinheiro. O objetivo é louco, mas tudo é racional. Então, cuidado quando se fala de racionalidade. De que racionalidade a gente está falando? Essa frase de Melville, um livro que recomendo, um romance delicioso, sobre um personagem que matava baleia com muita eficácia. O objetivo era louco – ganhar dinheiro vendendo baleias - mas eles matavam com muita eficácia.

A terceira epígrafe é de Mahatma Gandhi: *“Para desenvolver a Inglaterra, foi necessário o planeta inteiro, o que será necessário para desenvolver a Índia?”*.

São perguntas. Imagina: para desenvolver a Inglaterra e os Estados Unidos foi necessário o planeta inteiro, o que será necessário para desenvolver a China e a Índia?

Eu não vou discutir o modelo do agro-negócio, na verdade o agro- negócio é parte de um modelo. Reservo-me o direito de começar com uma inquietação, uma belíssima inversão: é agricultura submetida a uma lógica industrial, na verdade as espécies são todas iguais. Scarim achou lindo a primeira vez que foi a Itaúnas/ES, passou pelos eucaliptais, que beleza, tudo igualzinho, parecia exército. Todos em forma, tudo linear, que beleza. É o mito da racionalidade, tudo geometrizado.

Lembro do Goethe (1749-1832) na Alemanha - o Goethe nasceu em 1749, não tinha a primeira máquina a vapor, e morreu em 1832, quando a paisagem já estava povoada de ferrovias e algumas cidades industriais. Imagina quem viveu

esse período? A gente fala em transformação muito rápida, agora pensa se você nascesse em 1749 e morresse em 1832? - as paisagens estavam sendo todas terraplanadas, todas geometrizadas, era o progresso avançando: tudo terraplanado, geométrizado. Marshal Berman no livro *“Tudo que é sólido desmancha no ar”*, em seu capítulo sobre Goethe, nos fala que esse processo de terraplenagem e geométrização dos espaços - enquanto manifestação da modernização - avançava até que um dia chegara numa área, num cantinho e perceberam, no fundo do vale, um casal de camponeses. Os engenheiros do progresso pensaram em terraplanar ali também, mas viram que aquela área com camponeses era a última para onde o progresso avançava e se perguntaram: O que é o progresso? E decidiram não acabar com o último casal de camponês. Afinal, o Progresso é o tempo todo acabar com o diferente, com o camponês, e se acabar o último lugar com camponeses o próprio progresso perde sentido. Afinal, é preciso deixar esses últimos para servir como modelo a dizer que ainda precisa desenvolver mais. O capítulo desse livro sobre Marx é uma obra prima e de uma felicidade rara!

Uma última epígrafe para nossa reflexão: *“nuestra lucha es epistemica y política”*, é de Luis Macas, ex dirigente da Cordinadoria de Las Nacionalidades Indígenas do Equador/CONAIE. Essa organização reúne várias federações indígenas e existe uma coordenadora nacional e têm desenvolvido reflexões teórico-políticas extremamente interessantes.

Enfim, nossa luta não é só uma luta política, mas também uma luta por outra *episteme* - por outro modo de conceber o mundo e, assim, retomamos a primeira parte da minha intervenção, que é a necessidade de se ter ousadia intelectual. Bom, essas são as epígrafes, são provocações intelectuais. Por si cada uma daria uma conferência, mas vou poupá-los com uma conversa mais à moda dos filósofos pré socráticos.

Os pré socráticos sempre me inspiraram bastante e um deles recolhemos aforismos como esses: “Ninguém pode se banhar na água do mesmo rio”. “Tudo vem do fogo”. O que tem entre uma coisa e outra? Você. Entre uma coisa ou outra tem ... você. Eram textos que não tinham muitas conjunções (conjunção é conjuntar, é juntar coisas). Os aforismos convidam você ao pensamento, mas não conduz o

pensamento. A isso se chama *pro vocare* que é fazer com que outras vozes se façam ouvir. Isso nos faz lembrar o poeta-cantador negro Itamar Assunção que nos diz “que entre o sim e o não existe um vão”.

É o que eu vou fazer aqui. Aliás, como faço sempre, tenho algumas reflexões, mas depois vou querer baixar o espírito mais empírico porque sei que tem todo um debate a respeito deste modelo do agro-negócio. E como desenvolvo muitas pesquisas em função do trabalho de assessoria aos movimentos sociais, tenho algumas estatísticas que gostaria depois de trazer para a conversa, numa segunda parte.

Vou propor uma primeira reflexão com um grande aforismo: costume dizer que no Brasil existe, talvez, um efeito perverso de uma tradição intelectual de alto nível que é de uma leitura marcada por belíssimos historiadores econômicos: “História Econômica do Brasil” de Caio Prado Junior; “Formação Econômica do Brasil” de Celso Furtado, obras primas, uma tradição fantástica que a nós herdamos. Porém, cravou uma leitura do Brasil, por exemplo, uma leitura com base nos ciclos econômicos: ciclo do pau brasil (muito raro), ciclo da cana. Isso marcou tanto que nas aulas do curso primário, secundário, todo mundo se forma com essa leitura.

Esta leitura é nefasta, e essa conclusão eu aprendi, sobretudo, junto aos seringueiros. Foram eles que fizeram ver como essa leitura mata, como ela invisibiliza. Primeiro, quando começa: ciclo da cana, altos e baixos, avanços e recuos. Acaba o ciclo da cana e lá vem o Ciclo do ouro. Cadê a região nordeste onde se dava o ciclo da cana, por exemplo? Sumiu dos livros. Agora é o ciclo do ouro e nos deslocamos para Minas Gerais, um pouco para Mato Grosso. As cidades mineiras entram em decadência e, depois, lá vem o ciclo do café. Mas como ficou o ciclo do ouro? Ninguém sabe ninguém viu. Não ficou ninguém morando lá naquela região?

Estranha essa leitura porque nos traz a leitura linear da história que acompanha o tempo e abandona o espaço. A região nordeste do Brasil é a região que todo brasileiro tem que estudar, tem séculos de experiência de saber sobreviver às crises. A cana passou todo o tempo com crises e quando isso acontecia o nordeste inventava modos de sobrevivência que se revela na riqueza que está

ligada ao milho, como a pamonha, as comidas que vem da mandioca, a carne de sol, ao mesmo tempo, a tradição do artesanato, da cerâmica para fazer as moringas. A tradição da vestimenta de couro, de vime, de mulher rendeira. Nada disso é ciclo, aliás, isso não é ciclo mesmo, sempre foi permanente. É interessante que nada disso aparece na história dos ciclos econômicos, como se isso não fosse economia. É uma leitura histórica que privilegia as classes dominantes que se afirmaram por meio dos ciclos econômicos, tal como hoje se faz com o agronegócio e seus agronegociantes.

O Brasil nunca teve ciclo de mandioca, aliás, sempre teve mandioca antes mesmo de chegar Pedro Álvares Cabral. Os historiadores precisam acabar com essa idéia que a história do Brasil começa com a chegada de Cabral. Começarão a entender muito mais o Brasil no dia em que eles perceberem que essa história não começa com Cabral. Vão entender, por exemplo, que toda vez que se desmata uma floresta se mata, pois as matas nunca foram vazias. Essa é uma leitura influenciada pelo Genesis em que Deus fez as plantas, os bichos e, no último dia, botou o homem.

A Floresta Amazônica, por exemplo, com essa cobertura e extensão territorial, não tem mais que 10 a 12 mil anos. Detalhe: antes disso já tinha gente na Amazônia. Ou seja, o homem estava ali antes das plantas, dos bichos com essa floresta que conhecemos hoje que não tem mais de 10 ou 12 mil anos na extensão que conhecemos. Então você não pode falar da floresta amazônica sem gente. Por isso quando se desmata na Amazônia também se mata porque lá no meio da floresta sempre teve gente.

Matar e desmatar são dois verbos que caminham juntos no Brasil em qualquer lugar. Na região do cerrado, em Minas Gerais, estava a Luzia, que tem 11.500 anos, e é o fóssil mais antigo encontrado no Brasil, no cerrado. Então há 11.500 anos já tinha gente. E se for ao Piauí, na Serra da Capivara, a polêmica fica maior, pois tem registro humano de 40 mil anos. O pessoal contesta dizendo que a [Niède Guidon](#) exagera em seus dados, só que todos os dados dela são consistentes, mas se aceitarmos será preciso desfazer todas as teorias. Aliás, todo brasileiro deveria visitar o Parque Nacional Serra da Capivara no Piauí.

Essa leitura do Brasil pela história econômica e sua linearidade marcou muito, é uma leitura que acaba ignorando o espaço e isso é um desafio teórico. O Milton Santos tem uma frase muito interessante que diz que o espaço é uma acumulação desigual de tempos. O espaço em que vivemos tem múltiplas temporalidades e, ao mesmo tempo, é o lugar da convivência do não coetâneo. Isso exige primeiro, que o historiador precisa pensar múltiplas temporalidades e o geógrafo perceber que no mesmo espaço existem múltiplas temporalidades. A nossa tradição *Kantiana* (ou é espaço ou é tempo) impõe: uma história *ageográfica* e uma geografia *atemporal*; e assim não se consegue captar o mundo em sua complexidade.

Por exemplo, os ciclos econômicos são vistos no momento que estão no auge, estão dando dinheiro, se é cana, é o ciclo da cana. Ou seja, é na verdade o ciclo dos dominadores - quando os dominadores estão ganhando dinheiro o ciclo está valendo. Decaiu o ciclo fica os pobres e a historiografia os abandona. Assim se invisibiliza toda a criatividade popular do Brasil, ignorando o espaço onde as pessoas foram capazes de reinventar suas vidas.

Aprendi isso com os seringueiros. Nunca se viveu tão bem na Amazônia como depois que entrou em decadência a borracha. Aliás, é só ler os relatórios médicos de Osvaldo Cruz na sua viagem em 1910 à Amazônia. São descrições fantásticas de Osvaldo Cruz, que em todo rio que navegava fazia uma caracterização da vida social e econômica e só ao final das anotações caracterizava as doenças e como ele era médico, dizia que a doença era resultado das condições sociais e ambientais. Observemos a visão holística que tinha! Eu fiz essa correlação em minha tese de doutorado apoiada em Osvaldo Cruz: rio rico em borracha, rio de muita morte, muita morbidez. Rio que não tinha muita borracha havia baixa mortalidade. Uma correlação interessantíssima entre riqueza e miséria.

Era uma migração constante de gente na Amazônia para repor a mão de obra que morria cedo - um modo de produção/reprodução mórbido posto que se reproduzia através da morte. Uma mão de obra descartável que morria nos seringais; quando escrevi esta frase na minha tese pensei: "isso está muito ideológico". Deixei decantando, depois vi que não tinha outra palavra: se vivia da migração permanente, da morte permanente. Afinal, os barcos desciam dos altos

curtos dos rios com borracha e subiam com muita gente para repor a gente que morria. Isso fazia com que as viagens se tornassem um bom negócio e o “ciclo da borracha” se tornasse viável. Afinal, se os barcos tivessem que subir vazios os custos gerais do sistema se tornariam impraticáveis. Assim morrer muita gente implicava a necessidade de repor essa gente e, deste modo, os barcos podiam subir os rios com o negócio de transportar gente. É isso que chamo de modo de produção/reprodução mórbido da borracha, posto que morrer muita gente, como mostra Osvaldo Cruz, tornava todo o sistema viável.

E isso entrou em decadência porque os seringueiros só podiam extrair borracha, não podiam produzir nada, ficavam na mão do barracão, tinham que comprar tudo. Só quando entrou em decadência a borracha (detalhe, borracha ninguém come!), os seringalistas foram para Manaus, Ceará, Fortaleza, Rio de Janeiro ou Natal. A origem da maior parte dos seringalistas era, sobretudo, o Nordeste escorado no Rio de Janeiro - que era capital que recolhia muito dinheiro, sobretudo no Acre (inventado como território federal, portanto subordinado ao governo federal cuja capital era o Rio de Janeiro (também Distrito Federal). Já os seringueiros ficaram. Para se ter uma idéia, no Acre em 1910, 75% da população era de homens, e só 25% era mulher. E as mulheres estavam concentradas na casa do patrão, onde nas cercanias moravam também os guardas-livros, os capatazes. Dentro da colocação dos seringueiros só moravam homens. Imagina quando se ficava doente, quem cuidava? Sabe-se do papel que a família e as mulheres têm nesses casos para os primeiros socorros. Essa é a razão da enorme morbidez e mortalidade nas áreas de grande produção de borracha.

Quando entrou em decadência a borracha, os seringueiros passaram a se casar com as índias, constituindo família e, assim, se territorializaram definitivamente, passaram a não mais matar índio, mas a conviver com eles. Antes, quando predominava a lógica do capital matavam o índio.

Foram vivendo na mata com uma felicidade não vista antes e, por isso, resistiram nos anos 70 quando chegou o fazendeiro e o gado tentando expulsá-los. Entendi Chico Mendes. Que dizia: “*sou seringueiro autônomo, eu não tenho patrão, os patrões foram embora*”.

Os seringueiros diversificaram a produção, começaram a fazer agricultura que antes, com o patrão, não faziam. Viraram camponeses. Na verdade, eles antes eram proletários da borracha, só extraíam a seringa e vendiam numa relação de subordinação servil. Era um capitalismo estranho, o cara era submetido a uma situação de opressão, de controle do território tipicamente feudal, mas era tipicamente capitalismo. Nesse país não cabem as categorias européias: o que é isso, capitalismo? Feudalismo? É Brasil!

Aliás, somos assim desde o princípio. O Brasil já era capitalista desde o início porque aqui implantaram os engenhos, mas implantaram junto também a escravidão. Era “tudo por dinheiro” desde o início com um capitalismo *sui generis* pois implicava trabalho assalariado para uns poucos e trabalho escravo para a maioria. Enfim, um capitalismo original que não pode ser pensado à luz da experiência européia, pois nele está implicado o caráter colonial. Para nós trata-se de um capitalismo moderno-colonial. Somos modernos a mais de 500 anos. Afinal, na Europa à época não havia tecnologias mais modernas que os engenhos aqui implantados! Aliás, as monoculturas em grande escala também foram inventadas aqui. E como ninguém aceitava naturalmente produzir monocultura em grande escala tiveram que implantar esse sistema moderno com chibata, pois ninguém o faria por livre e espontânea vontade. Como se vê, trata-se de tecnologias de poder – tanto os engenhos como as monoculturas e a escravidão - e não somente de tecnologia.

Pois bem, faço a crítica porque essa leitura significou invisibilizar o Brasil que não fosse o país do negócio, aquele que está dando dinheiro, exportando cana. No início, pau brasil, ouro, café, borracha. Este negócio tem 500 anos, não tem nenhuma novidade nesse modelo de monocultura de eucalipto daqui. Já temos esse modelo há 500 anos!

Talvez seja essa a grande discussão que temos que fazer: como uma prática que já tem 500 anos é apresentada como novidade e tanta gente acredita? Que ideologia é essa? Tem 500 anos e se diz que é novo. Nada mais velho no Brasil que dizer que uma coisa é nova. Cuidado, pois essa mesma leitura ignora que a região do Brasil onde se tem um nível de desenvolvimento minimamente mais igualitário,

em relação às demais regiões brasileiras, é o sul do Brasil. Mas o sul do Brasil é a única região que nunca teve um ciclo econômico de exportação de ponta. Estranho isso, não? Ali onde a sociedade se implantou não comandada por um ciclo econômico hegemônico é onde temos os melhores padrões de justiça social, onde o latifúndio não imperou hegemônico, mas se implantou a pequena propriedade para dar suporte às tropas da fronteira. Ali um objetivo estratégico se mostrou mais importante que o comando pela lógica eminentemente econômica.

A única região que não teve ciclo econômico é a melhor em termos de justiça social. É mais uma prova geográfica que não é a economia que vai nos salvar. No sul do Brasil a sociedade foi organizada, sobretudo quando criaram a zona colonial gaúcha, para trazer imigrante e garantir o abastecimento da campanha militar gaúcha e defender a fronteira. Por causa desse problema da fronteira, trouxeram casais para povoar para alimentar a campanha. Então, criou-se uma região voltada para garantir a ocupação territorial, isso gerou uma economia a serviço de um projeto estratégico e não um projeto estratégico para servir a economia.

Quando disseram que vocês serão salvos pela economia, desconfiem. Que a integração ao mercado liberta; que discurso é esse? Desconfiem. Ao mesmo tempo, analisem a formação territorial brasileira através do território, deixem o território falar. Isso significa, por exemplo, falar dos camponeses no nordeste, da cultura do milho, da mandioca espalhada pelo Brasil inteiro em contraposição a um território que a gente aprendeu resumido pela formação Latifúndio, da Monocultura e da Escravidão. Não é isso? E os camponeses que fugiram das fazendas e foram para o interior? Depois os chamaremos de posseiro. O Brasil é todo povoado de posseiro. E os quilombolas que fugiam das fazendas para construir territórios de liberdade? Onde está isso no nosso mapa? Nas nossas histórias?

Para se ter uma idéia, as nossas elites são tão ciosas para a invisibilização do povo que na Constituição de 1988 admitiu a demarcação dos territórios quilombolas, mas achou que fosse uma coisa sem maior significação.

E a notícia foi se espalhando: “A Constituição reconhece o território quilombola”. Hoje, se tem o registro de 3226 comunidades quilombolas reivindicando, e a direita está em pânico, ela não sabia que esse país tinha tanto

preto no território branco. Os nossos mapas são branqueados. Mas quem sabia que a Amazônia era povoada de territórios quilombolas? Sim, e era ocupada por negros porque a mata era abrigo, proteção. Ou então, as regiões acidentadas como o “Mata Caval” perto de Cuiabá.

Os Kalungas em Goiás sempre procurando as regiões mais difíceis, exatamente porque o chamado agro-negócio pega as regiões planas, ricas; então o pessoal se escondia nas furnas, nas serras, nas áreas de difícil acesso, mas sempre em contato com as áreas das fazendas escravocratas onde procuravam criar condições para libertar outros irmãos. O que tem de quilombo com o nome de furnas, de enfurnado; se fizermos uma análise só das toponímias dá um *show*.

Agora estão tentando dizer que é inconstitucional o que está na Constituição; tontos que não sabem o que falam. Está na Constituição tem que reconhecer. Então para resolver começam a desmontar o INCRA – que o pessoal chama de “Instituto Nacional Contra a Reforma Agrária”.

O território brasileiro não é formado apenas de monocultura e escravidão, o território brasileiro é também formado por esses territórios de liberdade. Para quem não sabe os quilombos não são lugares de negros, são lugares principalmente de negros, mas qualquer um que tivesse oprimido encontrava guarida num quilombo. Então, se tem um lugar no Brasil que mereça o nome de democracia racial são os quilombos, o resto é hipocrisia. Democracia racial fora do quilombo é hipocrisia, sabemos como são as salas das nossas universidades, a composição das nossas prisões; e depois afirmamos que o Brasil não é racista. Comparem esses dois espaços.

Os espaços estão sempre implicados na formação histórica, talvez por isso eles tenham ficado fora da história, pois os espaços acabam denunciando essas contradições sociais. Essa riqueza de territórios de liberdades, de territórios de diversidade produtiva foi ocultada pelo discurso da monocultura. Essa leitura do Brasil que nega o território, e não vê a espacialidade da nossa formação histórica, acaba invisibilizando essas populações, suas campesinidades que são múltiplas nesse país.

Hoje se tenta unificar em torno de população tradicional, por exemplo, mas se você pegar o que é população tradicional são múltiplas campesinidades. E essa é outra coisa importante do ponto de vista teórico-político; não apenas da análise crítica, mas também de perspectivas. Isso significa dizer que seringueiro é seringueiro, retireiro é retireiro, vazanteiro é vazanteiro, caiçara é caiçara, faxinalense é faxinalense.

Portanto, ter nome próprio significa dizer isso: tem identidade própria. A idéia de população tradicional é uma tentativa de fazer uma unidade que preserve a diversidade que, talvez, reconstituísse o conceito de campesinato porque este precisa ser resignificado diante das novas experiências de luta. O conceito de camponês que a esquerda trabalhou era da família que queria conquistar terra para conseguir crédito e aumentar a produção. (Recomendo aos colegas pegar as primeiras fotografias do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra onde se pode ver como a idéia era colocar um grande fardo cheio de agrotóxico em cima dos tratores). Era assim que pensavam a reforma agrária, com um conceito de camponês estritamente vinculado a idéia de conquistar terra para ter assistência técnica, para aumentar a produção. Neste conceito não há lugar para retireiro, vazanteiro, seringueiro, castanheiro, faxinalense, fundo de pasto, caiçara.

Os camponeses passaram a ter nome próprio: camponês caiçara, camponês seringueiro, ou seja, ampliou o conceito por isso a idéia de campesinidade que te obriga a ir além do economicismo que também marca a esquerda. Nós não estamos conseguindo crescer, compreender essas riquezas que o movimento coloca para o debate. Temos pomeranos originários da Alemanha no estado do Espírito Santo reivindicando sua condição de população tradicional. Olha que coisa maravilhosa! E assim se aproximam dos quilombolas, dos caiçaras, enfim, politizam a cultura. Daí a questão do território, porque o território não é terra, pressupõe a terra, mas não é somente terra. É mais que terra. Esse é o deslocamento teórico político necessário.

Estava na Bolívia, em 1992, quando ouvi um camponês indígena dizendo: “*professor, nós não queremos terra, queremos território*”. Eu não entendi direito, mas achei que tinha alguma coisa ali que era interessante.

Então é isso, eles não querem terra para produzir, querem terra para serem quéchua, para serem Aimará, para serem Guarani. Ou seja, para ter sentido em estar na terra, para ser mais que economia mercantil, embora, como todos, fazendo uma economia própria. Por isso, eles politizaram a cultura, e tiraram a cultura do limbo de super estrutura porque cultura pressupõe terra, água, riqueza material que nós não fazemos. Como não se faz terra, ninguém faz água, sol. Eles rezam, plantam, e rezam para chover; sabem quem não controlam a chuva.

Há uma leitura no Brasil marcadamente economicista que, de certa forma, a esquerda reiterou. Mas hoje estamos diante dessa riqueza, uma experiência de lutas sociais que politiza a cultura, politiza a discussão da terra como território, como territorialidade e não dá para perceber território sem territorialidade.

O Banco Mundial hoje está falando de território, cuidado! Há uma confusão, um modismo que gera esvaziamento. Perdoem-me que não é o centro da minha análise, mas o conceito de território só tem sentido se você está discutindo poder que é o núcleo epistêmico do conceito de território. Quem controla o recurso? Quem controla o espaço? Essa é a questão chave do território. Se você não vai discutir poder, não use o conceito de território para não esvaziar o conceito. Se tudo é territorial isso esvazia o sentido desse conceito teórica e politicamente tão importante. Todo conceito tem um núcleo epistêmico, no caso do território é a questão do poder; e há momentos em nossas análises que o poder não é o foco, então não use o território. Está virando um modismo intelectual, uma confluência perversa de discursos que implicam práticas antagônicas.

A socióloga Evelina Dagnino discute o que chama de “confluência perversa” que é quando todo mundo está usando a mesma palavra, mas fazendo coisas completamente distintas; então gera uma confusão intelectual terrível. E se Pierre Bourdieu está certo quando diz que é da natureza da realidade social a luta permanente para dizer o que é a realidade social, e se todos estão dizendo a mesma coisa, alguém está enganando alguém. E vem o Banco Mundial e esvazia mais o debate territorial que com tanto custo os movimentos indígenas e camponês conseguiram resignificar. O mesmo aconteceu com a idéia de participação. Nos anos 1980 todos falávamos de reformas como a urbana e agrária com a participação

dos trabalhadores e dos cidadãos. Logo depois, a participação passou a fazer parte do discurso dos *think tank* do Banco Mundial, esvaziando seu sentido emancipatório através das ONGs.

Na Venezuela, a resistência inventou a expressão: “*participação só tem sentido se for protagonista*”. Ou seja, a participação só tem sentido se você tiver o poder de propor a agenda no diálogo. Se não puder propor agenda do debate não entre no diálogo já de cartas marcadas.

Hoje sabemos que quando “chamam para conversar”, não se deve conversar antes do problema ser um problema político. O pessoal do movimento de jovens negros do Rio de Janeiro – estou trabalhando com eles - quando começaram a se organizar, já apareceu uma ONG chamando uma conversa com o governo e eles não aceitaram. Primeiro decidiram parar o trânsito, atrapalhar o tráfego, criar uma confusão para dar na mídia e evidenciar sua existência politicamente. Depois é que se senta à mesa para negociar. Agora, sentar à mesa antes que a coisa seja colocada no plano da polis, no plano público, no plano político, é suicídio. E isso é princípio de organização do movimento: nunca se conversa antes de se politizar na praça pública, senão você esvazia a conversa.

E está cheio de gente querendo esvaziar os movimentos e este serviço uma certa esquerda está se prestando na América Latina. Mas coloquem um primeiro o problema em termos públicos, comuniquem à sociedade que vocês têm uma reivindicação. Mas se preparem porque vão dizer que querem conversar e que você está atrapalhando o trânsito. Vai ser sempre assim. Mas se você não atrapalhar o trânsito não funciona, tem hora que é fundamental atrapalhar o trânsito até por que o que é trânsito? Que fluxo é esse? Está levando para onde?

Essa é uma questão que eu gostaria de trazer ao debate e que vou amarrar desde agora: é preciso superar a leitura do território brasileiro esvaziada das lutas sociais. E eu diria que essa leitura que estou propondo do território brasileiro também é válida para a América Latina, tenho visto que essa leitura da invisibilidade é similar para os Cumbes na Venezuela, que são os quilombos, ou os Palenques no Panamá e Colômbia. Lembram do Tevez que jogava no Corinthians? Ele fazia um gol e dançava a cumbia. A cumbia é uma dança negra. Argentina matou todos os

seus negros, mas dança o tango que é uma palavra africana. Eles não conseguem esconder a negritude (mesmo quando branqueada), vejam a dança que tem aquela sensualidade fantástica, muito pouco eurocêntrica, é negra. Basta olharmos a seleção da Argentina. O Maradona não tem pinta de europeu; Tevez não tem pinta de europeu. É tudo uma mistura de índio-negro, mas os argentinos fizeram questão de *alemanizar* o país. Parecem alemães no discurso, mas, na prática, o povão é índio e negro. Querem silenciar, mas esse povo está se levantando.

Mas o que eu queria trazer para a reflexão é a leitura e o discurso que estamos fazendo no Brasil inteiro do sucesso do agro-negócio. Quero chamar atenção para essa leitura colonial porque muita gente acha que colonialismo foi um período histórico. Vejam, acabou o colonialismo, mas não acabou a colonialidade que é a mentalidade de pensar como os colonizadores pensavam. É pensar de maneira eurocêntrica, por exemplo: depois da independência nunca foi tão grande o sofrimento dos indígenas, dos negros, pois os dominadores trataram de privatizar seus territórios comunais - a colônia espanhola reconhecia várias formas de territorialidade indígena e mesmo o Brasil as reconhecia. Quando veio a independência, tudo virou propriedade privada negando as propriedades comunais dos indígenas. Isso era a nova sanha do avanço, do progresso. A maior revolução da história do Brasil culminou com o massacre de 30 a 40 mil pobres cabanos na Amazônia, logo depois da independência num episódio conhecido como Cabanagem. Historiadores fazem uma análise muito ligeira disso que foi o maior massacre da história do Brasil.

O nome cabano está dizendo quem é: coisa de quem vive em cabana. Balaiada, outra revolta logo após a independência, é coisa de quem carrega balaio. E balaio não é coisa de branco carregar; balaio era coisa de preto. Sabinada, outra rebelião pós-independência, é coisa de Sabino. São poucos os Sabinos brancos no Brasil. Sendo assim, é coisa de preto, é massacre.

Então eram esses que estavam resistindo depois da independência. E a colonialidade continuou com o racismo, que foi uma invenção moderna, racismo mercantil. Na África ninguém se chamava de negro. Afinal, não eram idiotas de num

lugar que só tem negro se chamassem por negros. Aliás, como também na Europa ninguém se chamou de branco porque não tinha sentindo.

Designar alguém pela cor da pele é um fenômeno que tem a ver com o colonialismo, serve para justificar que alguém é inferior pela cor da pele, é uma forma de classificação social - olha só, classificação social! Ou seja, o modo como os indivíduos são classificados, o modo como eles se tornam classe pelo viés racista. Nós temos uma leitura de classe pela economia, mas as pessoas foram marcadas e classificadas pela cor da pele; isso constituiu o escravo. No Brasil quem mexeu nessa questão foi o Florestan Fernandes, mas não nos chegou o debate dos teóricos e dos líderes andinos como Anibal Quijano. Por favor, leiam: “*Que tal raça*”, são apenas oito páginas que podem ser baixadas na internet.

Essa questão incomoda principalmente quando vamos discutir cota na universidade; e por que incomoda? Porque fizemos um pacto calhorda em torno da idéia de miscigenação, conceito que dilui e que, na realidade, fazia parte do ideário do branqueamento. E branquear é o pacto calhorda da intelectualidade brasileira e, ao mesmo tempo, tem a ver com a tradição colonial, é essa leitura de mundo que invisibiliza essas pessoas.

Quero trazer para a reflexão que a nossa formação tem uma marca da leitura colonial do Brasil. Nossa intelectualidade, e eu digo sem exceção - pela direita como pela esquerda - não viu as experiências camponesas no Brasil. Quem aqui sabe o que terra geral. O que são os gerais? Gerais de Balsas do Maranhão; Serra Geral no sul do Brasil; Serra Geral em Goiás; Gerais no pantanal; Gerais das Minas e dos Gerais. O que são terras gerais?

É a terra de todo mundo, terras comuns, terra geral. Aqui nessa região de cerrado quem mais entendeu isso foi Guimarães Rosa porque foi conversar com Manoelzão e, por isso, nos diz que no sertão, nos gerais, “o mundo carece de fechos”, “é onde o coração fica à larga”, isto é, fica solto, livre. Guimarães Rosa conversou com o campesinato, ele conseguiu escrever na língua dos geraizeiros. Criou literariamente dentro de uma estrutura de língua que era típica dos camponeses, por isso aquele texto a gente tem certa dificuldade de entender,

precisamos de tradutor do camponês para o português. E o Guimarães conseguiu criar. Ele não repete os camponeses, ele cria na gramática camponesa dos gerais.

O título do livro maior dele “*Grande Sertão, Veredas*” é, para nós, geógrafos um presente. “Grande sertão”, o que é? São os gerais, as chapadas. E as “veredas, o que são? São os fundos dos vales. Todo camponês tem essa leitura clara do cerrado: fundo de vale é onde ele planta; nas encostas, íngremes e, sobretudo nos gerais, é onde ele coleta, onde solta o gado. “*É onde os pastos carecem de fechos*”. Ou seja, não tem cerca, é geral. O mundo carece de fecho, é coisa típica de camponês, está lá no Guimarães. A água “*nos geraes não encharca*”, “*sorveta*”, porque a chapada é porosa; não retêm a água que vai para o lençol, para descer na vereda. Por isso, o camponês não plantava na chapada porque a água sorvetava para o fundo. Isso está em Guimarães, não vi um geógrafo escrever sobre isso.

A riqueza dessa cultura jogou-se fora, não entenderam o campesinato devido à leitura eurocêntrica e, mais, economicista que não levava o aspecto cultural em consideração. Os camponeses são muito ciosos do seu conhecimento local, das sutilezas do solo. Perguntei uma vez a uma camponesa de Mato Grosso: “*Qual o tipo de solo aqui?*”. Ela respondeu: “*solo aqui é igual pele de onça, aqui não tem solo não, a gente planta de acordo com o mais alto e o mais baixo, cada lugar tem uma qualidade, é feito uma pele de onça*”.

Essa é uma qualidade fantástica do campesinato que uma visão eurocêntrica não viu! O resultado é que essa leitura valida o agronegócio de hoje, aliás, não é de hoje. As primeiras manufaturas que o mundo moderno conheceu estavam onde? Estavam no nordeste brasileiro, em Cuba e no Haiti. Desde 1530 engenho de açúcar é manufatura. O Brasil não exportava matéria prima como nossos livros didáticos sempre ensinaram, matéria prima é a cana, não o açúcar!

As primeiras manufaturas surgiram e foram implantadas aqui; então, nós somos modernos há 500 anos. O engenho no século XVI é igualzinho ao que se faz hoje com o trator-computador moderno. Daqui a 500 anos vão dizer que o trator-computador é uma tecnologia primária da mesma forma como hoje se diz que é primário o engenho no século XVI. O engenho é muito primário como vai ser daqui a

500 anos as tecnologias de hoje. Que colonialidade é essa que faz com que tenhamos essa mesma coisa há 500 anos como modernidade?

Ontem vi o Scarim fazendo uma descrição do complexo celulósico: uma fábrica, um complexo atrás e um porto. Pessoal, o que era Recife e Olinda? O porto, o engenho e a monocultura; o que tem de novo? É preciso refazer a leitura, tem que *impensar* as ciências sociais, tem que pensar de outra forma. Do contrário, não damos conta, vamos continuar com idéias eurocêntricas. Temos que combater duas coisas: o capitalismo e a colonialidade.

Há 500 anos estamos devastando, matando, desmatando, concentrando riqueza. Somos o país campeão mundial de concentração de riqueza. A minha cidade, Niterói, onde estou morando hoje, foi apresentada como a cidade com maior renda *per capita* do Brasil e, na outra página do jornal, era recordista de prisões e crimes, de concentração de renda. Agora na propaganda da prefeitura só aparece a primeira parte da história, a renda per capita, a cidade de classe média. Reproduz-se a mesma coisa, é o de sempre apresentado como novo. Isso é grave!

Fui despertar para isso quando, em 2003/2004, a Comissão Pastoral da Terra me pediu assessoria na leitura da violência no campo.

Como não conhecia os conceitos que usavam, comecei pedindo informação. Naquele primeiro ano do governo Lula tivemos um pico muito grande de assassinatos de lideranças no campo, foram 73 só no primeiro ano. Para termos uma idéia da tragédia, no ano anterior tinham sido 34 assassinatos, então mais que dobrou.

E a CPT tem tudo isso detalhado e se tenta desqualificar os dados da CPT, ignorando que a CPT sabe inclusive o que o jornal O Globo publicou de violência, e o jornal O Globo não sabe o que publicou. A CPT colhe os dados, sistematiza e seus agentes vão lá conferir. Já o jornal O Globo não sabe o que publicou de violência porque publica, mas não quer sistematizar o tema da violência dos grandes.

Quando esses dados aparecem estavam assim: Pará com 33 dos assassinatos de um total de 73. Pensei: é um estado de uma violência impressionante. Mas tem aquela coisa de geógrafo, aquela vontade de ver os dados melhor e fazer correlações. Pedi os outros estados: Mato Grosso, nove assassinatos

do total de 73. Era um número relevante, pois dava 12,3%. Resolvi entrar no site do IBGE e conferir a população rural dos estados brasileiros. Peguei a população rural do Pará e vi que correspondia a 7% do total da população rural brasileira. O Mato Grosso detinha 1% da população rural brasileira. Resolvi cruzar as porcentagens, e olha o resultado: Pará teve 42% dos assassinatos com 7% da população rural brasileira, são 42% dos assassinatos contra 7% da população rural brasileira. Cruzei os dados e obtive um índice de violência seis (42 dividido por 7). Peguei Mato Grosso, eram 12,3% dos assassinatos e 1% da população, logo o índice de Mato Grosso é 12,3. Quem é mais violento Mato Grosso ou Pará?

Calculei o índice para o Brasil inteiro, estado por estado, gerou-se um mapa. Quando olhei esse mapa, eu disse: isso não bate com a minha visão da violência. Quais são os estados mais violentos? Mato Grosso, Tocantins, Goiás, Mato Grosso do Sul e Pará. Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins e Mato Grosso apareciam com índices maiores que o Pará. E perguntei o seguinte: como fica o Ceará, a Bahia, a Paraíba, os lugares do velho coronelismo tomado como típico da violência no Brasil rural tão bem caracterizado no personagem de Dias Gomes, o Odorico Paraguaçu? Porque você pensa violência no Brasil e vem a imagem da Paraíba, do cabra macho.

A geografia da violência na minha cabeça era a geografia de Odorico Paraguaçu, do coronel nordestino ignorante, que resolve seus conflitos não com base no diálogo, o que seria típico da modernidade, mas, sim, resolve o conflito na bala. Mas o mapa da violência mostra que ela é maior na região do agronegócio situado em Goiás, Mato Grosso do sul, Tocantins e Mato Grosso. É nestes estados que estava concentrada a violência. O índice de violência é a proporção de matar em relação a população e quando pegamos os dados sistematizados pela CPT dos últimos 25 anos são esses os estados mais violentos. Mas isso não é novo. Desde o século XVI eles matam e desmatam. Então descobri não tem nenhuma novidade. Só que esse *agrobusiness* que mata e desmata não sai no jornal.

E tem alguns que acham que a reforma agrária não tem sentido porque o Brasil está produzindo muito, como se o problema da reforma agrária fosse um problema de economia. Amigos, pelo amor de Deus, o problema da reforma agrária

não é um problema de economia, me perdoem os presentes, mas a reforma agrária é uma questão de democracia. Quando temos o poder concentrado não há democracia, compra-se o prefeito, o parlamento, a imprensa, você compra tudo. Não se tem democracia! Essa idéia da existência da reforma agrária para conseguir trator, ter assistência técnica, crédito para aumentar a produção, competir e exportar como se a economia fosse a condição da liberdade, precisa ser superada, temos que sair dessa prisão. É por causa dela que há cinco séculos a gente quer ser moderno e nada mais tradicional no Brasil que ser moderno. São cinco séculos de modernidade fazendo a mesma coisa: matando e desmatando, acabando com o espaço de criatividade.

Lembro-me um dia da Mirian Leitão falando de um trator-computador que custava 280 mil dólares. Naquela época (em 2004) o dólar estava 3 por 1, então essa máquina custava 840 mil reais. Quem tem condição de comprar essa máquina? Que extensão de terra será necessária para colocá-la em funcionamento? Certamente esse modelo produz muito no campo, mas, com certeza produz muitos famintos porque concentra a terra de tal forma que ela produz não só grãos, mas também muitos sem terra. O sem terra é produto do agro-negócio, foi o *agrobusiness* quem os desterritorializou. Esse modelo inventou uma agricultura sem agricultores, criou uma agricultura de sem terras. Só não esperava que os sem terra se organizassem para lutar contra o agro-negócio.

A rede Globo fez uma série de reportagens das festas de São João no nordeste, aquelas festas de um milhão de pessoas que duram 30 dias. Lembro, por exemplo, de cinco mulheres que vendiam pamonhas a R\$ 1,50. Tinham faturamento de 900 reais vendendo 600 pamonhas por dia. Em 30 dias podiam conseguir 27 mil reais. Essas mulheres gastaram cinco mil reais de milho, o resto era trabalho delas, provavelmente iriam viver os próximos seis meses do ano daquela festa de um mês. Numa festa como essas que envolvem, como em Caruaru ou Campina Grande, mais de 1 milhão de pessoas, muitas barracas tinham aquele conjunto básico de triângulo, zabumba e acordeão, onde cada uma dos três músicos ganhava cerca de 50 reais por dia. É a festa em que o agricultor ganha boa parte da sua renda do ano,

renda essa vinda do milho, pamonha, bolo de aipim com milho, canjica, mungunzá ou do conjunto de forró, tudo vendido nas festas juninas.

E quem são os primeiros estados produtores de milho no Brasil? Pergunta clássica da geografia tradicional. Mato Grosso está entre eles. Onde está a festa de São João em Mato Grosso? Não tem festa porque não tem gente para comemorar; não tem agricultor. Isso é o agro-negócio! Lá no nordeste é agri-cultura. Escolha o país que vocês querem: o do negócio ou o da cultura?

Imagina essa gente com essa capacidade enorme de fazer festas. Com isso resistiram cinco séculos às crises, reinventando a vida e quase sempre sem as terras estarem reconhecidas porque são posseiros. Eles não têm o título de propriedade, embora o direito o reconheça como posseiro, ele continua sendo posseiro enquanto não tiver o título reconhecido. O Estado não foi feito para ele, por isso ele não tem título, porque o título é coisa do Estado. E sabemos como são os cadastros fundiários dos nossos institutos de terra, por isso há rapidez na reintegração de terra.

Esse é o dilema que estamos vivendo hoje de um modelo agrário agrícola que tem a modernidade tecnológica como eixo, mas, eu insisto, o primeiro lugar no mundo que se implantou esse modelo foi o Brasil, Cuba e Haiti no século XVI. Inclusive, até essa época ninguém fazia monocultura. Camponês não é burro de fazer monocultura, porque se quebrar a cultura vem a fome, então ele sempre fez culturas diversificadas, essa é a característica do campesinato, mas a cultura que se implantou no século XVI impedia isso. Essa cultura significava produzir não para você, por isso é uma coisa só - já tem um componente político na própria idéia da monocultura. É a alienação do próprio processo tecnológico, pois é produzir para outrem, e como ninguém aceitava isso naturalmente tiveram que trazer escravos, porque espontaneamente ninguém faria. Assim se faz a introdução da moderna escravidão, porque ela também foi moderna. Como fazer para produzir uma coisa só? Sobre a chibata, alias, é a mão santa da chibata como tem hoje o trabalho escravo convivendo com a Monsanto.

Esse modelo de violência sobre o lombo do negro feito escravo é fruto da violência de se ter que produzir não para você, mas para exportar. Era preciso fazer

monocultura, e como ninguém aceitava tinha que ser pela violência. Então a própria idéia de monocultura gera violência. Pensa na exportação, é cada vez mais terra, mais máquina para consumir mais energia. Isso gera um dilema, coisas do tipo: produzir no Brasil para vender para o mundo. Ou seja, o produto fica zanzando pelo mercado global.

Lembro de uma cena que vivi em Altamira na Rodovia Transamazônica onde um caminhão frigorífico transportando frango de Chapecó de Santa Catarina estava atolado. Essa é a racionalidade do *agrobusiness*, você leva frango de Chapecó/Santa Catarina para Altamira no Pará, e o caminhão frigorífico fica atolado. Façam o cálculo do custo energético desse frango? E frigorífico precisa de energia, o caminhão para se deslocar também precisa de energia. Isso é uma violência contra o camponês da Amazônia. Será que ele não sabe sequer criar galinha, então vem galinha de Chapecó da Sadia, deve ser melhor, mais saudável. Será que é por isso? Não creio.

Quando vi essa cena entendi melhor porque o Oriente Médio está sempre em guerra. Que relação tem essas coisas? Claro, vai precisar de muito petróleo, de muita energia para poder transportar frango de Chapecó até Altamira. Se o mundo tem essa racionalidade de produzir para o mercado mundial, ele tem que se globalizar. Isso gera um custo energético absurdo!

Estão expulsando populações no mundo inteiro para sustentar um sistema que é absolutamente irracional. Estão matando o planeta, matando a riqueza da humanidade que ainda tem 6.600 línguas. O que significa dizer isso? São 6.600 códigos de linguagem de interpretações de mundo, são as culturas dos povos. A língua de cada povo tem um conjunto de saberes e ainda temos 6.600 códigos. E onde estão esses povos são as regiões mais ricas de biodiversidade do planeta porque eles não passaram pelo desenvolvimento econômico. Estão querendo preservar as áreas dessas populações, mas expulsando-as para criar uma espécie de unidade de conservação ambiental sem gente. Chamo isso de um novo tipo de latifúndio, o latifúndio genético. Você expulsa o povo, fica com a natureza e só podem entrar cientistas. Mas cientistas vão produzir conhecimento para quem? Para as empresas?

Então é um novo tipo de latifúndio, latifúndio genético. Quando se cria uma unidade de conservação ambiental e não respeita o povo expulsando quem está lá, se esquece que fundamental para a humanidade é o diálogo de saberes. Interdisciplinaridades, multidisciplinaridades, isso ainda é diálogo de especialistas. Quando se faz diálogo com o povo são outras matrizes de racionalidades, são outras epistemologias; daí a fala do Luis Macas: “nuestra lucha es epistemica y política”.

E esse é o desafio nesse momento de saber incorporar a dimensão da diversidade na luta pela igualdade, esse é o desafio teórico-político. Gosto muito de um livro - “*Elogio de la Diversidad*” - do antropólogo marxista mexicano Héctor Díaz-Polanco, tratando desse tema da diversidade que é raro na tradição marxista. É um belíssimo livro, e quem conhece a trajetória de Díaz-Polanco sabe como o movimento indígena, no caso os Miskitos com quem trabalhou na Nicarágua, contribuiu para enriquecer seu marxismo. Aliás, os intelectuais latinoamericanos nos dão belas lições dessa aproximação criativa. Díaz-Polanco é um deles, o outro é o Pablo Gonzalez Casanova, são brilhantes com essa discussão da diversidade. O outro é o Armando Bartra também catalão-mexicano, ainda o Xavier Albó, teólogo da libertação e sociólogo indigenista, um catalão-boliviano que mora a mais de 60 anos na Bolívia, um dos maiores intelectuais que o mundo deveria conhecer.

Estão sempre procurando o último grande intelectual em Paris. Todavia, posso garantir que é possível encontrá-los em Cochabamba, em Chiapas, dentro da Serra de Perijá na Venezuela. Essas regiões ricas em água, em diversidade, têm populações e elas querem partilhar seus saberes com a humanidade. Lembro sempre da figura do índio Xavante Mario Juruna. Lembram dele? Talvez os mais velhos. Mario Juruna foi deputado federal indígena. Juruna costumava andar para cima e para baixo com um gravador, coisa que não é parte das tradições indígenas. Costumava usar toda vez que ia falar com um branco. E quando voltava no mês seguinte para falar com esse branco, geralmente este dizia que não tinha dito. Então ele ligava o gravador e disparava: “Você disse, está aqui”. Ou seja, usava a tecnologia de branco para firmar o princípio de índio: a palavra tem que valer. Então para isso ele usava o gravador. O gravador adaptado a sua cultura. Isso mostra que os indígenas não são necessariamente contra a tecnologia. Eles têm o direito a

escolher o que querem assim como nós tivemos o direito de escolher o que é deles. Está comendo mandioca? É coisa de índio. Comendo batata? É coisa de índio. Tomate? É coisa de índio. Inhame? É coisa de preto.

Tudo que se come no mundo são 10 mil anos de agricultura, a maior parte dos remédios vem desses povos que está sendo massacrados nos últimos 40 anos. O maior processo de expulsão da história do mundo foram os últimos 40 anos. A população urbana do mundo em 1990 era maior do que a população total do mundo em 1960 segundo a ONU.

Esse processo de expropriação que veio com essas transamazônicas da vida, com o avanço do agro-negócio, produziu o que? Urbanização prometida como a de Paris, a de Londres? Sabem onde estão 70% dos urbanos do mundo? Na África, na América Latina e na Ásia! Ou seja, nesses últimos 40 anos jogou-se toda essa gente na cidade e ainda disseram que o Estado tinha que deixar de ser do bem estar social, parar de cuidar de pobre. E o pessoal foi morar onde? No fundo das várzeas, nos mangues, no Trenchtown dos Paralamas do Sucesso: *“Alagados, Trenchtown, Favela da Maré a esperança não vem do mar nem das antenas de TV. A arte de viver da fé. Só não se sabe fé em quê”*. Ou vai parar na encosta, que todo mundo sabe que vai cair. Muito migrante que fugiu da seca morre de enchente no Rio de Janeiro, onde está tão suscetível às intempéries na cidade como estava no campo. E a cidade era o lugar do desenvolvimento, do progresso, onde a maior parte vive em uma situação precária. São cidades de miséria, de violência, embora também as circunstâncias imponham a invenção permanente da solidariedade. Não se constrói uma laje se não for através de mutirão, em putirum, coisa de índio e camponês reinventada nas cidades. As relações de parentesco e vizinhança fazem com que o hoje empregado dê o sal ou o café a quem está desempregado, como o empregado de hoje, ontem desempregado, recebia o sal ou o café do hoje desempregado. Essa solidariedade prática subjaz à vontade de participar do mundo do consumo, de ter a roupa de marca, instigada individualisticamente pela mídia com sua subjetividade capitalística, para me apropriar da rica expressão de Feliz Guattari. Esses dois mundos convivem contraditoriamente.

Gosto de tomar esse exemplo do Xavante Mario Juruna porque muitos costumam falar da ingenuidade dos indígenas, sua quase infantilidade como se índio fosse bobo e se deixasse iludir por espelhinhos Mas eu pergunto a vocês, o que tem mais no *shopping*? Vai subindo na escada rolante, o que tem do lado? Espelhinho. Para o onde você olha tem um espelhinho. Somos todos tratados como idiotas de espelhinho; então não gozemos os índios! Todavia, paradoxalmente, todos nós queremos ser índios aos sábados e domingos. Costumamos botar uma tanga, mergulhar no rio, fazer uma trilha, um bom churrasco tudo isso feito da maneira mais primitiva usando carvão. Mas por que só no final de semana? Ficamos alegres na sexta-feira - é o dia mundial da gandaia. Trabalha-se segunda-feira, terça-feira, quarta-feira ... na sexta era para estarmos mais cansados, mas normalmente nos mostramos alegres e felizes na sexta feira. E por que? Porque você vai ter tempo livre, vai poder virar índio. Todos nós somos indígenas.

Essa causa é tão nossa como deles! É a nossa água, ar; é o nosso prazer ainda de significar o mundo. De olhar essas coisas que foram feitas sem sentindo que é o rio, a mata, a encosta. Porque, como disse Milton Santos, vivemos num espaço geográfico que se caracteriza como meio técnico-científico-informacional, o que significa dizer que estamos vivendo em um espaço todo povoado de objetos técnicos. O que é um objeto técnico? É aquele que está impregnado de intencionalidades. O rio, o mar, não tem intenção nenhuma. Mas um copo foi feito para tomarmos água. Ou seja, os objetos técnicos como o poste, a hidrelétrica, uma monocultura, estão todos impregnados de intencionalidades e vivemos o mundo com essa racionalidade. Cria-se assim um sentido da vida, que é ganhar dinheiro. Vivemos como se fosse um verdadeiro fisiológico: ganha, paga, ganha, paga. Fica triste no domingo à noite porque na segunda-feira tem-se que ir a um trabalho que é um trabalho alienado sem sentido, na maioria dos casos. E, por isso, se é feliz na sexta-feira e se vira índio no final de semana, ou nos tornamos todos “bairanos”, isto é, com outro tempo.

Estamos diante desse desafio: que mundo queremos?

Espero que consigamos nos libertar da ditadura da economia. Estamos carentes é de estabelecer novos horizontes para a vida. Novos horizontes de sentido para a vida. Todo mundo sabe que viver não é ter, e estamos diante desse desafio.

Quero agradecer a vocês por terem tido a paciência de me escutarem até aqui. Obrigado.